



Disciplina: Seminário em Arquivística 1 - Arquivos e direitos humanos

Código: 182800

Período: 01/2020

Professoras: Georgete Medleg Rodrigues

Mônica Tenaglia – Professora voluntária – Doutora em Ciência da Informação

Plano de ensino

Ementa

Estudo da interdisciplinaridade da Arquivologia. Integração do conhecimento das diversas áreas envolvidas na geração e preservação documental.

Objetivos específicos

Na perspectiva interdisciplinar da Arquivologia, o tema dos direitos humanos é um dos que lhe permite dialogar com várias disciplinas, na fronteira com a História e o Direito. Assim, será discutida a importância dos documentos de arquivo nas investigações sobre os direitos humanos, o papel social dos arquivistas para a garantia da identificação, tratamento e acesso a esses acervos, e a relação dos arquivos da ditadura militar no Brasil (1964-1985) com a busca pela efetivação do direito à memória e à verdade. Será apresentada e discutida a legislação de acesso aos arquivos desde a redemocratização do País (1985) até a Lei de Acesso à Informação brasileira (LAI) como dispositivos normativos para o acesso e para a preservação dos documentos relacionados aos direitos humanos e as questões éticas relacionadas à divulgação de informações pessoais.

Metodologia

Aulas expositivas, apresentação de vídeo relacionado ao tema da disciplina, palestras, fichamentos individuais de leituras e apresentação em grupo de textos selecionados.

Avaliação

A menção final será composta da soma dos pontos das seguintes notas:

- Avaliação individual: 03 fichamentos de textos indicados pelas professoras, conforme cronograma (1,0 ponto por fichamento **(3 pontos no total)**).
- Avaliação em grupo = 02 apresentações orais em sala de aula de textos indicados pelas professoras, conforme cronograma e bibliografia. No máximo 04 (quatro) alunos (as) por grupo. (3,0 pontos por apresentação **(6,0 pontos no total)**).
- Avaliação individual: participação em todas as atividades propostas **(1,0 ponto)**.

CRONOGRAMA

Aula	Data	Textos /Atividade	
1	16/03	Apresentação (programa, alunos, professoras)	Plano de ensino
Tema 1: Arquivos e direitos humanos: definições e contextualização			
2	18/03	Aulas expositivas dos textos:	
3	23/03	QUINTANA, A. Políticas arquivísticas para a defesa dos direitos humanos. ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. Revista Quadrilátero. STAMPA, I.; et al. Direito à memória e arquivos da ditadura: a experiência do Centro Memórias Reveladas.	
4	25/03	**** Entrega individual do fichamento de 1 (um) dos textos acima (aulas 2-3). Palestra: “Os arquivos da repressão”, com a historiadora Tereza Eleutério de Sousa (Secretaria de Educação do DF e Coordenação Regional do Arquivo Nacional em Brasília – COREG).	
5	30/03	Orientações para as apresentações orais e divisão dos grupos	
6	01/04	Apresentação oral em grupo (cada grupo de,	
7	06/04	no máximo, 4 alunos (as), deve escolher um (1)	Textos 1-7
8	08/04	texto).	

9	13/04		
Tema 2: As comissões da verdade, a Lei de Acesso à Informação (LAI) e o acesso aos arquivos da ditadura militar			
10	15/04	Os documentos de arquivo e as comissões da verdade no Brasil e no mundo	GONZÁLEZ, E.; VARNEY, H. (ed.). Busca da verdade: Elementos para a criação de uma comissão da verdade eficaz.
11	20/04	Os documentos de arquivo e as comissões da verdade no Brasil e no mundo.	HOLLANDA, C. B. Direitos Humanos e democracia: as experiências das comissões da verdade no Brasil.
12	22/04		MÜLLER, A.; FAGUNDES, P. O trabalho das comissões universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar.
13	27/04	Palestra: “A comissão da verdade da UnB”, com Paulo Parucker, membro da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB.	
14	29/04		HOTT, D.; RODRIGUES, G. O acesso aos arquivos sigilosos no Brasil: do acesso restrito à instância recursal.
15	04/05	As leis de acesso à informação e sua contribuição para o acesso aos arquivos pelas comissões da verdade	FROTA, G. Comissão Nacional da Verdade e Lei de Acesso à informação: informação, memória e justiça... MARTINS, A.; ISHAQ, V. A importância do acesso às informações funcionais de militares para o esclarecimento da autoria...
16	06/05	**** Entrega individual do fichamento de 1 (um) dos textos acima (aulas 10-15).	TENAGLIA, M.; RODRIGUES, G. Comissões da verdade brasileiras: das dificuldades de acesso aos arquivos às parcerias com as universidades.
17	11/05	Os obstáculos ao acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira	THIÉSEN, I. et al. Ciência da Informação, história e política.
18	13/05		JOFFILY, M. Direito à informação e direito à vida privada: Os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar.
19	18/05	Os documentos de arquivo nas investigações sobre violação dos direitos humanos na atualidade: tipologias e usos.	GERACI, N.; CASWELL, M. Desenvolvendo uma tipologia de documentos relacionados aos direitos humanos.
20	20/05		MAPA DA VIOLÊNCIA 2016.
21	25/05	Ética profissional e o papel dos arquivistas na defesa dos direitos humanos	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Princípios de acesso aos arquivos: orientação técnica para a gestão de arquivos com restrição. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Princípios básicos sobre o papel dos arquivistas na defesa dos direitos humanos. MACNEIL, H. A ética na divulgação de informações pessoais em arquivos públicos, p. 187- 208 (Gerindo o acesso às informações pessoais em arquivos públicos: algumas modestas propostas).
22	27/05		
23	01/06	**** Entrega individual do fichamento de 1 (um) dos textos acima (aulas 16-22).	
24	03/06	Documentário: Memória para uso diário.	
25	08/06	Palestra: “Lei de acesso à informação e direitos digitais”, com Laura Tresca, coordenadora do programa de Direitos Digitais da ONG ARTIGO 19.	
26	10/06	Apresentação oral em grupo (cada grupo de, no máximo, 4 alunos (as), deve escolher um (1) texto).	Textos 8-12.
27	15/06		
28	17/06		
29	22/06		
30	24/06	Palestra: “Os movimentos sociais e o ativismo negro em Brasília durante a ditadura militar”, com o historiador Marcelo José Domingos.	
31	29/06	CONCLUSÃO DA DISCIPLINA	

BIBLIOGRAFIA:

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. Revista Quadrilátero. Brasília, vol. 1, n. 1, mar./ago 1998. 130p.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Princípios de acesso aos arquivos: orientação técnica para a gestão de arquivos com restrição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível:

http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/principios_acesso_arquivos.pdf.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Princípios básicos sobre o papel dos arquivistas na defesa dos direitos humanos. 2016. Disponível: https://www.ica.org/sites/default/files/ica-hrwg--principios_basicos_sobre_papel_arquivistas_rev%20final%2007112016_Portuguese.pdf.

FROTA, G. Comissão Nacional da Verdade e Lei de Acesso À Informação: informação, memória e justiça no contexto democrático pós-1988. In: Moura, M. A. (org.). A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014, p. 71-84.

GERACI, N.; CASWELL, M. Desenvolvendo uma tipologia de documentos relacionados aos direitos humanos. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 12, n. 3, 2019, p. 997-1024. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/24467/23559>.

GONZÁLEZ, E.; VARNEY, H. (ed.). Busca da verdade: elementos para a criação de uma comissão da verdade eficaz. Brasília: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; Nova York: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2013. Disponível: <https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/ictj-book-truth-seeking-2013-portuguese.pdf>.

HOLLANDA, C. B. Direitos Humanos e democracia: as experiências das comissões da verdade no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v33n96/0102-6909-rbcsoc-33-96-e339610.pdf>.

HOTT, D.; RODRIGUES, G. O acesso aos arquivos sigilosos no Brasil: do acesso restrito à instância recursal. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. Anais... Marília: UNESP; ANCIB, 2017. Disponível: https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/31539/1/EVENTO_Oacessoaosarquivossigilosos..pdf.

JOFFILY, M. Direito à informação e direito à vida privada: Os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar. **Estudos Históricos**, v. 25, n. 49, jan./jun. 2012, p. 129-148. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862012000100009.

MARTINS, A.; ISHAQ, V. A importância do acesso às informações funcionais de militares para o esclarecimento da autoria de graves violações de direitos humanos investigadas pela Comissão Nacional da Verdade. *Revista do Arquivo*, v. 1, p. 1-7, 2016. Disponível: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/02/pdf/ISHAQ_Vivien_MARTINS_Andre_Saboia_-_A_importancia_do_acesso_as_informacoes_funcionais_de_militares.pdf.

MACNEIL, H. A ética na divulgação de informações pessoais em arquivos públicos. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2019, p. 187- 208.

MÜLLER, A.; FAGUNDES, P. O trabalho das comissões universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar. *Ciência e Cultura*, v. 66, n. 4, 2004. Disponível: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400014.

QUINTANA, A. Políticas arquivísticas para a defesa dos direitos humanos. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano II, n. 5, 2017, p. 10-23. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/05/pdf/QUINTANA_A_G_-_Políticas_Arquivísticas_para_a_Defesa_dos_Direitos_Humanos.pdf.

STAMPA, I.; et al. Direito à memória e arquivos da ditadura: a experiência do Centro Memórias Reveladas. In: Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na ditadura de 64. Rio de Janeiro, 7Letras, 2014, p. 43-66. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=3c8aad396b170bc5>.

TENAGLIA, M.; RODRIGUES, G. Comissões da verdade brasileiras: das dificuldades de acesso aos arquivos às parcerias com as universidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. Anais... Londrina: UNESP; ANCIB, 2018. Disponível: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/33777/1/EVENTO_Comiss%C3%B5esVerdadeBrasileiras.pdf.

THIÉSEN, I. et al. Ciência da Informação, história e política. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, 2017, p. 360-378. Disponível: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pcbci/article/view/37021/19073>.

TEXTOS PARA APRESENTAÇÃO EM GRUPO EM SALA DE AULA:

Textos 1-7 estão disponíveis na Revista do Arquivo, São Paulo, Ano II, n. 5, 2017:
http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/05/indice.php.

- 1- NAZAR, M. Arquivos e direitos humanos: entre a história, a memória e a justiça. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano II, n. 5, 2017, p. 24-39.
 - 2- FERNANDES, P. Arquivos e direitos humanos: documentos e violações durante a ditadura militar no Brasil. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano II, n. 5, 2017, p. 40-50.
 - 3- COELHO, A.C. Acesso aos arquivos e direitos humanos: legislação e boas práticas internacionais. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano II, n. 5, 2017, p. 51-61.
 - 4- FONTES, M. Desvendando os arquivos para estabelecer a justiça. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano II, n. 5, 2017, p. 77-90.
 - 5- ALBERTI, V.; et al. Impossível paraíso? um arquivo marcado pela temática dos direitos humanos. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano II, n. 5, 2017, p. 91-100.
 - 6- SOARES, S. O fundo Comissão Teotônio Vilela e sua importância para a história da luta pelos direitos humanos no Brasil. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano II, n. 5, 2017, p. 101-110.
 - 7- Silveira, R. Arquivos: memória e construção dos direitos humanos e porvir democrático. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano II, n. 5, 2017, p. p. 123-134.
- Textos 8-12 estão disponíveis em SOUSA, J. et al. (orgs.). Internet e direitos humanos: diálogos possíveis? Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2019.**
- 8- SOUSA, J. et al. Internet e direitos humanos no Brasil: conflitos e impasses. p. 15-26 (Capítulo 1)
 - 9- STROZI, G.; Valério, G. Privacidade e proteção de dados pessoais na internet: uma reflexão sobre o contexto do Brasil, dos EUA e da União Europeia. p. 81-100 (Capítulo 5).
 - 10- OLIVEIRA, B.; MOURA, G. O direito ao esquecimento e as garantias de acesso à informação e à liberdade de expressão: conflitos, controvérsias e ameaças à sociedade. p. 101-120 (Capítulo 6).
 - 11- MILAGRE, J.; SEGUNDO, J. E. A propriedade dos dados e a privacidade na perspectiva da Ciência da Informação. **Encontros Bibli**, v. 20, n. 43, 2015. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20n43p47/29945>.
 - 12- FUGAZZA, G.; SALDANHA, G. A questão do direito à privacidade no Facebook: um estudo à luz da ética da informação. **Informação & Informação**, v. 23, n. 3, 2018. Disponível: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/28108/pdf>.